

TAX OVERVIEW

REFORMA FISCAL DOS OIC - REGIME TRANSITÓRIO

Março 2015



Atenta a complexidade e o impacto das alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 7/2015, de 13 de Janeiro, que procede à reforma do regime de tributação dos OIC (Organismos de Investimento Colectivo), foi estabelecido um período de adaptação ao novo regime fiscal para estas entidades.

A presente informação visa analisar algumas questões específicas relativamente ao regime transitório.

I. REGIME TRANSITÓRIO

Nos termos do regime transitório, as novas regras apenas se aplicam aos rendimentos obtidos após 1 de Julho de 2015, quer na esfera dos OIC, quer na esfera dos participantes.

Os OIC devem, por conseguinte, proceder ao apuramento do imposto devido nos termos da redacção do artigo 22.º do EBF vigente até 30 de Junho de 2015, o qual deve ser entregue no prazo de 120 dias a contar desta data.

Rendimentos adiantados e rendimentos ainda não recebidos

Existindo rendimentos adiantados ainda não reconhecidos em resultados (por exemplo, rendas de imóveis já recebidas mas correspondentes a períodos de tempo ainda não decorridos), cujo imposto já tenha sido entregue com referência àquela data e, bem assim, rendimentos ainda não recebidos mas já reconhecidos em resultados (por exemplo juros decorridos em obrigações e acrescidos contabilisticamente), cujo imposto ainda não tenha sido entregue, o Fundo deverá apurar o saldo líquido de imposto reflectido nas respectivas rubricas de activo e passivo e, caso o saldo seja:

- Credor, o imposto deve ser entregue ao Estado no prazo de 120 dias a contar da data de entrada em vigor do novo regime (29 de Outubro de 2015);
- Devedor, deve ser solicitado o reembolso.



Neste âmbito é importante referir que os aumentos do valor dos imóveis decorrentes da aplicação do justo valor (revalorizações), embora fossem reconhecidos como proveitos, não eram tributáveis à luz do regime agora substituído.

Na medida em que o presente regime transitório dispõe de uma norma específica de tributação de mais-valias de imóveis adquiridos em momento anterior à entrada em vigor do novo regime, afigura-se-nos que não haverá lugar à tributação de mais-valias potenciais apuráveis à data da transição, decorrentes de variações de justo valor dos imóveis.

Mais-valias e menos-valias

As mais-valias e menos-valias resultantes da alienação de imóveis adquiridos na vigência das regras ainda em vigor são tributadas na proporção correspondente ao período de detenção daqueles activos anterior e posterior a 30 de Junho.

Tal significa que a mais-valia referente ao período de detenção até 30 de Junho deverá ser tributada de acordo com as regras em vigor e a mais-valia correspondente ao período compreendido entre 1 de Julho e a data de venda será excluída de tributação na esfera do fundo (à luz do novo regime, as mais-valias resultantes da alienação de imóveis são tributadas na esfera dos participantes).

As mais-valias e menos-valias resultantes da alienação de activos (com excepção das resultantes da alienação de imóveis) adquiridos na vigência das regras agora substituídas são tributadas nos termos destas, mas apenas no exercício em que os respectivos activos venham a ser alienados, reembolsados, resgatados, amortizados ou liquidados. O valor de realização a considerar será o seu valor de mercado à data de 30 de Junho de 2015.

A diferença entre o valor da contraprestação obtida e aquele valor de mercado será tributada nos termos da nova redacção do artigo 22.º do EBF.

II. EXEMPLOS

Fundos e Sociedades de Investimento Imobiliário

Exemplo 1 – Rendimentos já registados em resultados mas ainda não recebidos

Considere-se o caso em que foram reconhecidos rendimentos decorrentes do arrendamento de imóveis no montante de € 10.000, não se tendo

verificado qualquer pagamento dos mesmos até 30 de Junho de 2015.

De acordo com o regime em vigor à data, uma vez que as rendas em causa não foram ainda recebidas, não houve ainda lugar à tributação das mesmas.

No entanto, à luz do regime transitório referido anteriormente, uma vez que estes rendimentos já foram reconhecidos em resultados e para este caso em concreto não existe outra regra específica, como é o caso das mais-valias, entendemos que em 30 de Junho de 2015 deve ser apurado e pago o imposto correspondente a estes rendimentos.

O valor das rendas encontra-se sujeito a tributação à taxa autónoma de 25%.

Imposto a pagar: € 2.500.

O imposto deverá ser entregue ao Estado no prazo de 120 dias a contar da entrada em vigor do novo regime.

Exemplo 2 – Mais-valias decorrentes da alienação de imóvel adquirido antes de 1 de Julho de 2015

Considere-se caso em que um imóvel adquirido em 12 de Janeiro de 2014 é alienado em 20 de Dezembro de 2015.

Dados:

[A]. Valor de aquisição = € 400.000

[B]. Valor de alienação = € 500.000

[C]. Mais-valia = € 100.000

[D]. Tempo de detenção no actual regime = 534 dias

[E]. Tempo de detenção no novo regime = 173 dias

[F]. Tempo de detenção total = 707 dias

A mais-valia sujeita a tributação de acordo com o regime em vigor até 30.06.2015 será a seguinte:

$$\frac{[D]}{[F]} \times [C] = € 75.530,41$$

Mais-valia no actual regime: € 75.530,41

Mais-valia no novo regime: € 24.469,59

Imposto a pagar: € 75.530,41 x 12,5% = € 9.441,30

O imposto deverá ser entregue através da declaração de rendimentos correspondente ao ano de alienação do imóvel (2015), a entregar em 2016.



Fundos e Sociedades de Investimento Mobiliário

Exemplo 1 – Obrigações estrangeiras com cupão, adquiridas em 12 de Janeiro de 2014 com vencimento em 31 de Dezembro de 2015

Existindo juros corridos até à entrada em vigor do novo regime, estes devem ser tributados de acordo com as regras do actual regime, à taxa autónoma de 20%. O imposto deve ser entregue ao Estado no prazo de 120 dias a contar da data de entrada em vigor do novo regime.

Ou seja, entendemos que o espírito do n.º 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 7/2015 é o de abranger situações como o caso do juro corrido das obrigações, excluindo-se situações de valias potenciais.

Exemplo 2 – Mais-valias em acções adquiridas antes de 1 de Julho de 2015

Considere-se o caso em que foram adquiridas acções em 1 de Janeiro de 2014 por € 10.000 e cuja venda ocorre em 20 de Dezembro de 2015, por € 15.000.

Dados:

[A]. Valor de aquisição = € 10.000

[B]. Valor de mercado em 30.6.2015 = € 13.000

[C]. Valor de realização em 20.12.2015 = € 15.000

[D]. Mais-valia total = € 5.000

[E]. Mais-valia no actual regime = [B]. - [A]. = € 3.000

Imposto a pagar = [E]. x 25% = € 750

O imposto a pagar deve ser entregue no âmbito da declaração de rendimentos do ano da alienação (2015) a entregar em 2016.

III. IMPOSTO DO SELO

Os OIC passam a ter de pagar trimestralmente a seguinte taxa, em sede de Imposto do Selo, incidente sobre o respectivo valor líquido global:

- 0,0025%, aplicável aos OIC que invistam exclusivamente em instrumentos de mercado monetário e depósitos bancários;
- 0,0125%, aplicável aos restantes OIC.

O valor líquido global dos OIC corresponde à média dos valores comunicados à CMVM ou divulgados pelas entidades gestoras, com excepção do valor correspondente aos activos relativos a unidades de participação ou participações sociais detidas em outros OIC abrangidos pelo novo regime, no último dia de cada mês do trimestre.



Mazars em Portugal: Lisboa • Porto • Leiria

Mazars em Angola: Luanda

Esta é uma publicação destinada a clientes e parceiros da Mazars, visando chamar a atenção para os aspectos mais relevantes da legislação publicada, não tendo um carácter exaustivo.

Para mais informações consulte o nosso site: www.mazars.pt